



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80



OFÍCIO Nº 33/2017 - SEFIN

Birigui, 27 de junho de 2017

À Ilma. Pregoeira Oficial.

Renata Aparecida Natal Zago

ASSUNTO: Ref Ofício nº 817/2017 – Impugnação Pregão Presencial nº 054/2017.

Ilustríssima Pregoeira,

Com relação ao ofício em tela, de plano manifestamo-nos pela IMPROCEDÊNCIA do pedido e MANTEMOS a data de abertura para o dia programado, pelas razões que apresentamos a seguir:

ITEM I.DA DIVISIBILIDADE DOS SERVIÇOS DISPOSTOS NO TERMO DE REFERÊNCIA

De fato, o Escopo do serviço é a implantação do Cadastro Técnico Multifinalitário, como um instrumento de integração, inteligência e informação de governo. O próprio escopo justifica a não fragmentação das ações, haja vista que atualmente o Município já dispõe de serviços fragmentados em diferentes bases de informações, o que resulta em retrabalho e ausência de informações válidas para lastrear o processo decisório.

Ocorre que o Município não dispõe de quadros técnicos capazes de integrar tais bases, tampouco estabelecer rotinas e processos de atualização. Nesse sentido, deve o licitante unificar dados em diferentes formatos, retificando o dado para garantir sua confiabilidade a partir de diferentes técnicas, bem como organizar uma central dotada de recursos humanos e tecnológicos capaz de dar continuidade (manutenção) a esse complexo processo de recadastramento imobiliário e validação do mesmo.

Sendo assim, a lição do nobre professor Marçal Justem Filho no sentido de fragmentar o processo não se aplica, sendo na verdade contrário a todo o escopo e finalidade do certame, haja vista que se a Prefeitura pretende-se vários sistemas e bases de dados fragmentadas não necessitaria sequer da contratação objeto do certame.

Secretaria de Finanças

Rua Oswaldo Cruz, 146 – 16200-029 / Birigui – SP - Tel.: (18) 3643-6140



Ressalte-se, por fim, que ao término do contrato pretende-se obter um conjunto formado por softwares, informações e processos perfeitamente integrados que sirvam como instrumento de inteligência para uma Gestão pelo Conhecimento.

Trata-se de um salto de qualidade do modelo burocrático atual, com foco no processo, baseado em bases de informação e sistemas fragmentados, para uma nova fase da Administração, de natureza gerencial.

ITEM II – DAS PARCELAS DOS SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS DISPOSTA NO TERMO DE REFERÊNCIA

O termo de referência apresenta planilha contendo todos os quantitativos, objeto dos serviços a serem realizados, conforme a Tabela II, página 17 e Quadro descritivo à página 26 do Termo de Referência.

Não obstante, a ausência desses quantitativos da planilha de preço não exime o licitante da obrigação de executar os serviços nas quantidades previstas no Edital. Devemos lembrar ao impugnante que o Edital é um peça única, harmônica e que deve ser de conhecimento de quem elabora a proposta de preço, vinculando o proponente em todos os seus termos, no caso de sagrar-se vencedor do certame.

ITEM III – ILEGALIDADE NA ESTIPULAÇÃO DE PRAZOS MÍNIMOS PARA APRESENTAÇÃO DOS ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA.

A afirmativa trazida pelo impugnante não procede. O Edital não estabelece prazo mínimo PARA VALIDADE dos Atestados. Nesse caso o edital ainda possibilitou a apresentação de atestados de execução de contratos com prazos muito inferiores, DESDE QUE COM A APRESENTAÇÃO DO CONTRATO.

Quanto a afirmação de que os atestados técnicos devem trazer descritivo exaustivos do softwares, igualmente a afirmação não procede. É justamente nessa direção que surge a prova de conceito. A demonstração exigida das funcionalidades do sistema deve ser feita no momento da prova de conceito, que exige do proponente demonstrar justamente as parcelas mais relevantes do sistema proposto, tudo em concordância com a legislação de comando.



ITEM IV- IMPOSIÇÃO DE PREÇOS FIXOS E IRREAJUSTÁVEIS.

Novamente a impugnação não procede. Logicamente a correção não se aplica a preço formulado na proposta, por manifestamente ilegal essa prática. Com relação a aditivos, o certame é contundente com relação ao que pode ser objeto de prorrogação e itens para aditar, sempre em obediência à legislação pertinente.

ITEM V – DA REDAÇÃO CONFLITANTE DOS ITENS 7, 15.2 E SUBITEM 7.15.222 DO EDITAL.

Novamente não procede a impugnação, pois o item 7.15.2. trata do licitante cadastrado nos registros de fornecedores da prefeitura, tendo regência própria em relação ao licitante não cadastrado, que deve apresentar, por força da legislação, toda a documentação.

ITEM VI – DA IRREGULARIDADE DA APRESENTAÇÃO DA VISTA TÉCNICA NO ATO DA PROPOSTA.

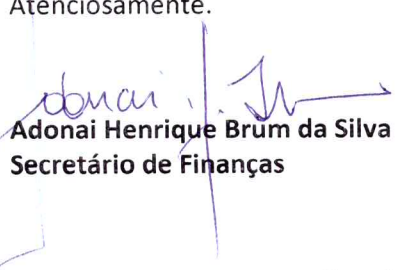
A visita técnica é uma faculdade do licitante. Nesse sentido, não se aplica a impugnação apresentada. Destarte, vale ressaltar que desde o prazo de publicação do Edital o mesmo esteve disponível para consultas, e a “VISITA TÉCNICA” nada mais era do que uma oportunidade disponibilizada a todos os interessados em se inteirar do projeto, retirando ou esclarecendo quaisquer dúvidas.

Nesse esboço, vale repetir o que dispõe o item 23.1 do Edital:

23.1 - As licitantes deverão obrigatoriamente visitar os locais relacionados com o objeto para ciência quanto às peculiaridades do ambiente operacional e técnico da PREFEITURA, onde serão executados os serviços previstos no Termo de Referência, **para a correta formulação de suas propostas;**

Sendo o que temos na oportunidade, renovamos os protestos de elevada estima e distinta consideração

Atenciosamente.


Adonai Henrique Brum da Silva
Secretário de Finanças

Secretaria de Finanças